

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO EMOCIONAL: CONTRIBUIÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO PLENO DA CRIANÇA

Autora: Tereza Raquel Borges Vaz de Oliveira

Universidade Federal de Pernambuco, trbvo@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste ensaio é defender a relevância e urgência da Alfabetização Emocional nos espaços de Educação Infantil. Para isso, iremos primeiramente apresentar um breve resgate histórico acerca do desenvolvimento da concepção de infância no mundo. Em seguida faremos um levantamento do acervo legal brasileiro, concernente a Educação Infantil, a fim de situar por meio dos documentos oficiais o desenvolvimento da concepção acerca da infância no país. Após a reflexão sobre a trajetória histórica dos direitos à infância no Brasil, pretende-se também ponderar como tais concepções podem estar influenciando o entendimento sobre a infância e os atendimentos prestados nos estabelecimentos oficiais de Educação Infantil hoje, bem como apoiados nas idéias de alguns autores sobre Inteligência Emocional mostrar como a atenção para essa dimensão humana é indispensável para o desenvolvimento pleno da criança.

Palavras-chave: Concepção de infância, educação emocional, alfabetização emocional, desenvolvimento pleno - educação integral.

INTRODUÇÃO

É fundamental para o ajustamento da criança em sala de aula que ela seja capaz de se comunicar, verbalizando de maneira adequada o que ela está pensando, suas necessidades e desejos. Qualquer ser humano precisa ser capaz de seguir ordens, não ser disruptivo e ser sensível aos sentimentos dos outros, tanto para o seu desenvolvimento pessoal quanto para o desenvolvimento coletivo.

Entretanto, é notório como especificamente as emoções negativas estão relacionadas com o comportamento agressivo e de problemas de condutas que acabam desperdiçando o tempo de aprendizagem nos espaços educativos e limitando o trabalho pedagógico à mera auto-regulação da atenção e do comportamento. É fato o quanto já caminhamos no processo de reconhecimento e materialização dos direitos das crianças no Brasil desde a proclamação da Constituição Federal de 1988. Não obstante, ainda há muita estrada para a transformação da visão social sobre o sujeito que se encontra no nível de infância, e mais ainda para explorar quais as competências que se pode trabalhar desde a educação infantil.

Este ensaio tem por objetivo defender a Alfabetização Emocional como meio para concretizar o direito ao pleno desenvolvimento da pessoa, e que portanto, deve ser iniciada ainda nas instituições de creche e pré-escolas. Para tanto, irá se fazer um breve resgate sobre o desenvolvimento da concepção sobre a infância e os atuais direitos da criança brasileira, a fim

de levantar reflexões e apontamentos que possam contribuir para a concretização desses direitos nas instituições de Educação Infantil.

Para tanto, iremos nos apoiar na visão trazida pelo historiador francês Philippe Áries a fim de compreender melhor a historicidade geral desses fatos. Em seguida, iremos situar nossa investigação sobre o panorama brasileiro, onde nos orientaremos com base no avanço legislativo acerca dos reconhecimentos dos direitos das crianças. A partir disso, entraremos nas reflexões e apontamentos pertinentes.

As colaborações dos estudos de Áries, seguido de outros pesquisadores da infância e demais fatos sociais, culminaram numa nova forma de enxergar e tratar as pessoas nesse período de idade. Dessa maneira, iniciou-se nas políticas públicas um reconhecimento dos direitos das crianças, embora o quadro de desigualdade entre as classes sociais tenha persistido por maiores que tenham sido algumas tentativas de romantizar a infância.

Todavia, a partir do reconhecimento do significado da infância, a sociedade vem pesquisando e procurando efetuar mecanismos que possam, senão sanar, ao menos amenizar os danos provocados pelo descaso social com as pessoas no período da infância, desde a idade medieval, passando pela contemporânea, até a sociedade atual. Contudo, ainda são diversos e intensos os desafios para a consolidação dos direitos atribuídos aos pequenos cidadãos.

Espera-se que esse ensaio venha a somar para a superação desses desafios, para tanto o enfoque principal é investigar a alfabetização emocional da criança como instrumento facilitador da materialização da finalidade da educação, a saber, o pleno desenvolvimento do educando, finalidade discriminada no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (lei 9.394 de 1996). Isso, pois, ao considerar os estudos do psicólogo Daniel Goleman, é possível entender que o sucesso de uma pessoa na vida social está intimamente ligado ao seu desenvolvimento emocional.

METODOLOGIA

Por se tratar de um ensaio teórico, acerca de um tema que ainda esta sendo desenvolvido em minha tese de mestrado, a metodologia utilizada será a de pesquisa bibliográfica. Dessa maneira, estudaremos basicamente os documentos oficiais que tratam da educação infantil no Brasil, bem como os teóricos Goleman, Áries e Gottman, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta sobre a temática da relevância da alfabetização emocional para o cumprimento dos fins da educação.

A DESCOBERTA DA CRIANÇA E O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da pessoa humana é de fundamental importância no processo de aprendizagem, entretanto, nem sempre foi assim. A concepção da criança como um sujeito sócio-histórico de direitos é extremamente recente, bem como a valorização da infância e, assim, da educação voltada para esse nível de ensino. Foram, principalmente, os estudos de Philippe Áries que revelaram o descaso histórico com essa etapa da vida humana, a infância, bem como as conseqüências provocadas por esse descaso.

Áries foi um dos pioneiros que se dispôs a analisar a construção do sentimento da infância ao longo do tempo por meio de uma diversidade de fontes. Sua obra mais conhecida no Brasil trata-se do livro *História Social da Criança e da Família* (1978), o qual foi profundamente significativo tanto por auxiliar na compreensão da infância como uma construção social, ao invés de um mero fato biológico, quanto através das contribuições à fundação da história da infância como uma área de pesquisa séria e necessária. Resguardamos o direito de discordar com a concepção do autor em relação à infância como ‘um produto da modernidade’, contudo, considerando o foco desse ensaio não nos prorrogaremos acerca dessa discordância.

O importante acerca do trabalho de Áries para esse ensaio é situar o fato de como a globalização fez emergir a necessidade de escolarização das crianças. Compreender o quão recente é esse fato histórico de categorizar a infância como uma etapa a ser respeitada, uma vez que teve início no fim do século XVI e passou a ter mais notoriedade apenas a partir do século XVII, e entender como tal escolarização contribuiu com isso. O Autor resgatou o anonimato e a invisibilidade que as pessoas tinham nessa idade, desde a falta de atenção íntima até o “infanticídio” moralmente aceito, para o qual o autor chama atenção ainda no prefácio de seu livro *História Social da Criança e da Família* (1978).

De acordo com essa obra, Áries esclarece também a relação da desigualdade econômica refletida no acesso ao direito de viver o sentimento sobre a infância, ou seja, a criança pobre continua a não conhecer o verdadeiro significado da infância, seja por vivenciar a exploração da mão de obra ou por ainda sofrer com a invisibilidade social (ARIÈS, 1978). Embora não se aprofunde nessas questões, a obra de Áries acabou embasando o discurso dos defensores das chamadas políticas sociais ou conhecidas políticas públicas. Eloisa de Mattos Höfling (2001) define políticas sociais como ações implementadas pelo Estado, que buscam

proteger e resguardar direitos civis redistribuindo os benefícios sociais a fim de amenizar as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Assim os primeiros colégios, internatos e demais espaços destinados a ficar com as crianças, surgem para suprir as necessidades mais urgentes e básicas como segurança e alimentação, enquanto os adultos responsáveis trabalhavam. Isso explica o caráter primordialmente assistencialista das instituições que cuidavam do que hoje conhecemos por educação infantil. Logo, apesar dos avanços que começaram a surgir no século XVII sobre a concepção da infância, não há equívoco no entendimento de que as creches são um produto da revolução industrial que de início nada tinha a ver com as finalidades que hoje buscamos.

TRAJETÓRIA DOS AVANÇOS LEGISLATIVOS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

O cuidar, o educar e o brincar são elementos mundialmente entendidos nas sociedades esclarecidas, como partes indispensáveis na educação infantil e que precisam caminhar juntos. Em coerência com a trajetória histórica mundial, no Brasil as creches surgem em função da urbanização e estruturação do capitalismo, que funcionavam como abrigo para as crianças cujas mães passaram a ocupar o mercado de trabalho. Os pequenos que ainda não eram visto como cidadãos ficavam muitas horas distantes de suas mães e precisavam ser mantidos em segurança durante esse período.

Em 14 de Novembro de 1930 o presidente Getúlio Vargas por meio de um decreto funda o Ministério da Educação (MEC), inicialmente chamado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Era um órgão encarregado pelo estado e despacho de todos os assuntos relativo ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. Entretanto é apenas na década de 1980, com a abertura política e a pressão de movimentos sociais e feministas que se dá o primeiro avanço legislativo em relação à Educação Infantil.

Em resposta à pressão popular, fica definido na Constituição Federal brasileira de 1988 a instituição de creche/pré-escola como um direito da criança que deve ser garantido por dois entes: a família e o estado. Dois anos depois de a constituição federal tratar a criança como sujeito de direitos, foi criada uma legislação própria para as pessoas no período da infância.

Prosseguindo com os avanços sobre o modo de se pensar a infância o imaginário brasileiro começa a aceitar as influências do pensamento sócio-interacionista, que enfatiza a criança como um ser social, essa perspectiva tem como principal teórico Vigotsky (OLIVEIRA, 2002). Assim, em meados dos anos 90, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança, legitimada com a criação do Estatuto da criança e do Adolescente (ECA).

O ECA vai além de reafirmar a constituição, descrimina e legitima de uma vez por todas quais os direitos que cabem as crianças brasileiras. O estatuto dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Em consonância com crescente amadurecimento da perspectiva social sobre a infância no Brasil, em 1994 o Ministério da Educação (MEC) publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil.

Esse documento foi feito em parceria com o Comitê Nacional de Educação Infantil, as secretarias municipais de educação e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), entre outros entes, ao decorrer de oito seminários regionais (nas capitais: Belo Horizonte, Natal, Belém, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Manaus) onde ocorreram as discussões sobre o documento preliminar. Dessa maneira, a Política Nacional de Educação Infantil surgiu com o objetivo de propiciar o cumprimento do preceito constitucional da descentralização administrativa. Basicamente esse documento estabeleceu metas como a expansão de vagas nas instituições de educação infantil e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças nas creches e pré-escolas. Uma dessas melhorias sugeridas foi a qualificação dos profissionais que atendia esse público, uma vez que até o momento não era necessário um aprofundamento acadêmico, como uma graduação para o trabalho nessa área.

Assim, em 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que firma em seu artigo 62 a exigência sobre a formação do profissional que pretende trabalhar na Educação Infantil.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Ou seja, a formação do educador desse segmento deve ser “em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”. Dessa maneira, a LDB inclui a Educação Infantil de uma vez por todas na Educação Básica, como primeira etapa desta. Outro precioso elemento dessa lei está no conteúdo do seu título VII, onde trata dos recursos financeiros para educação, e reafirma a responsabilidade constitucional dos municípios na oferta de Educação Infantil, contando com o sistema de colaboração técnica e financeira da União e dos estados.

Essa integração oficial da Educação Infantil na Educação Básica propiciou uma dimensão mais ampla a essa etapa de ensino dentro do sistema educacional, além de finalmente respeitar a criança como sujeito sócio-histórico de direitos que é. A partir disso outro elemento passou a ter relevância nas salas de EI, o educar. Afinal, alguém capaz de criar e estabelecer relações, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e inserido nela, não precisa apenas de cuidado, mas está ‘preparado para’. A necessidade de educar sem dúvida vem mudando as rotinas da EI, mas é preciso certa atenção para não simplificar a ponto de resumir o trabalho pedagógico desse nível de ensino a uma mera prática escolarizante, quase que antecipando o que cabe ao ensino fundamental.

A fim de prevenir esse e outros equívocos e oferecer parâmetros para a manutenção e a criação de novas instituições de creche e pré-escolas, o MEC publicou o documento Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil, em 1998. No mesmo ano, o ministério editou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, sistematizando e normatiza parâmetros que até então tinha sido deixado sem muita definição pela LDB/96.

Assim, o que antes dependia da competência e envolvimento da comunidade que compunha a instituição de EI passou a ter uma base curricular nacional para seguir e prestar contas. A constituição de 88, o ECA, os Parâmetros nacionais de Educação Infantil, a LDB/96 e os PCN’s de EI, são os principais instrumentos para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil do país.

Podemos enxergar avanços reais nesse conjunto de políticas públicas no tocante a oficializar e democratizar o acesso da infância à educação, considerando um dos direitos

fundamentais até mesmo para o aprendizado nesse nível de ensino o direito de brincar. Portanto, a Educação Infantil vem deixando de ser um artigo de luxo exclusivo das crianças de classe social privilegiadas ou um espaço meramente assistencialista que procura amenizar as precárias condições sociais e econômicas das famílias de baixa renda, firmando-se como um espaço de democratização de direitos civis.

A ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL COMO INSTRUMENTO FACILITADOR PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA

De um ser invisível e sem importância a criança passou a ser reconhecida como um indivíduo de grande relevância na sociedade, um legítimo pequeno cidadão, que precisa ter suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas e emocionais supridas. É na tentativa de materializar o dito pleno desenvolvimento apresentado como finalidade da Educação Básica pela LDB/96, que defendemos aqui a relevância da Alfabetização Emocional.

Em seu livro *Inteligência Emocional*, o psicólogo Daniel Goleman alterou a percepção dominante de que o Quociente de Inteligência (QI), medido pelas habilidades de raciocínio lógico, matemáticas e espaciais, seria suficiente para determinar o sucesso na vida adulta, e que por isso tais habilidades deveriam ser necessariamente prestigiadas na escola em detrimento das demais. O autor revoluciona ao trazer o conceito da inteligência emocional como maior responsável pelo sucesso ou insucesso das pessoas.

Se considerarmos que a maioria das situações de trabalho é envolvida por relacionamentos entre as pessoas, é fácil concluir a assertiva do autor ao defender que pessoas com qualidades de relacionamento humano, como afabilidade, compreensão e gentileza têm mais chances de obter o sucesso. Não é à toa que as empresas estão cada vez mais investindo no QE de seus colaboradores.

Entretanto, enxergamos que mais que contribuir para um bom desempenho profissional a Inteligência Emocional (IE) é capaz de contribuir para os fins da educação. Afinal, como podemos cogitar o desenvolvimento pleno de um ser humano que não sabe governar a si mesmo? Não obstante, para pensarmos no desenvolvimento da IE por meio de uma Educação Emocional é fundamental iniciarmos por uma Alfabetização Emocional (AE). Goleman divide a inteligência emocional em cinco partes: autoconsciência, gestão de emoções, auto-motivação, manuseio de relacionamentos e empatia. A alfabetização da qual

falamos consiste em dar conta da primeira etapa do desenvolvimento emocional, ou seja, a autoconsciência sobre o que se sente.

Mas do mesmo modo que não é possível colorir um quadro sem tintas não se pode pedir a alguém que avalie o que está sentindo sem que essa pessoa conheça se quer as formas de nomear os sentimentos ou seus os sentidos e significadas das emoções que sente. Assim, a AE é a capacidade de entender e nomear o que está acontecendo conosco no nível emocional. De acordo com o psicólogo John Gottman, torna-se emocionalmente consciente não é uma questão de adquirir novas qualidades. É uma questão de a pessoa se permitir experimentar o que já tem (GOTTMAN, 2001, p.82), ou seja, independe de raça, gênero ou idade uma vez que as emoções são inatas ao ser humano.

Logo, continuar negando o direito a esse aprendizado a criança não a protege de algum tipo de visão adultocentrica, apenas revela ainda resquícios da visão limitada e inferiorizada sobre a infância, além de retardar o pleno desenvolvimento da pessoa. A fim de dar continuidade aos avanços conquistados na Educação Infantil é preciso reconhecer a importância e formalizar a prática do desenvolvimento da Inteligência Emocional, começando pela Alfabetização Emocional desde as creches e pré-escolas.

Precisamos ter consciência de que podemos preparar nossas crianças desde muito cedo para compreensão sobre si e o outro. Para que a Educação Infantil possa continuar a ser vista como a junção do cuidar, brincar e educar, as necessidades básicas dessas pessoas, o lúdico e as possibilidades de descobertas e aprendizados precisam manter-se garantidos.

Uma das estratégias facilitadoras para o desenvolvimento da AE nas crianças é por meio da contação de histórias que tragam personagens e narrativas que abram espaço para a conversa sobre as emoções que sentimos, para a partir disso poder-se nomear as emoções e conversar sobre elas. A literatura é uma arte que favorece o debate sobre as emoções por ser comunicar através de um tipo de texto que conhecemos desde cedo e usamos ainda na primeira infância, aquele feito com palavras.

Além disso, a literatura permite falar de temas graves como a pedofilia sem expor a criança, pois se trata apenas de uma historinha de uma personagem que não faz parte do mundo real daquela sala permitindo que a criança possa dar voz as suas emoções em nome da personagem e com a ajuda dessa.

A Hora do Conto é assim vista, como um momento privilegiado para a manifestação e compreensão das emoções e dos afetos vividos no momento e sentimentos que podem ser identificados e refletidos posteriormente pois a Literatura Infantil desperta nas crianças o envolvimento preciso para despertar todos estes aspetos. (Catarreira, 2015, p. 67)

A música também pode ser outro poderoso aliado da AE. Cantigas como “quem tem medo do lobo mal” ou “pintinho amarelinho”, por exemplo, abrem espaço para conversar sobre o medo. Considerando as peculiaridades desse primeiro nível da Educação Básica, acreditamos que é possível trabalhar de maneira lúdica e educativa o cuidado com as emoções básicas pessoais e do outro. Chamamos aqui de emoções básicas as conhecidas emoções universais apresentadas por Damásio (2011) como universais por serem identificadas em qualquer cultura e reconhecidas pelas expressões faciais características, são elas, a alegria, o medo, a raiva, o nojo e a tristeza.

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CATARREIRA, Cátia S. S. R. **As emoções das crianças em contexto de educação pré-escolar**. Tese (Mestrado em Educação Pré-Escolar) - Instituto Politécnico de Porto Alegre, Porto Alegre, 2015

Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Art. 205-214. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

Damásio, A. R. **E o cérebro criou o homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

EKMAN, P. **A linguagem das emoções**: Revolucione sua comunicação e seus relacionamentos reconhecendo todas as expressões das pessoas ao redor. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GOTTMAN, J. **Inteligência Emocional**: A arte de educar nossos filhos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.